

SKINSTORE S.A.

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2022

SKINSTORE S.A.

Demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2022

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Balancos patrimoniais

Demonstrações do resultado

Demonstrações do resultado abrangente

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

## RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos  
Administradores e Acionistas da  
Skinstore S.A.  
São Paulo - SP

### Opinião sobre as demonstrações contábeis

Examinamos as demonstrações contábeis da Skinstore S.A. ('Companhia'), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Skinstore S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### Base para opinião sobre as demonstrações contábeis

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

#### Reconhecimento de receita

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 19, os montantes envolvidos de receita líquida em 31 de dezembro de 2022 são de R\$ 175.121 mil (R\$ 109.374 em 2021). Com base nessas informações, temos que o reconhecimento de receita envolve controles com o objetivo de assegurar a integridade dos registros das transações, condicionando ao momento adequado em que as vendas são realizadas aos clientes. Considerando o volume de transações envolvidas, situação geográfica de atendimento aos clientes, o reconhecimento da receita envolve uma alta dependência do funcionamento adequado dos controles internos determinados pela Companhia. Nesse sentido, com base na relevância da dependência e funcionamento dos referidos controles, e do impacto que eventual ausência de funcionamento desses controles poderia trazer nas demonstrações contábeis, consideramos este assunto como sendo significativo para a nossa auditoria.

#### Resposta da auditoria ao assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros:

- Entendimento e avaliação do ambiente de controles internos relacionadas ao ciclo de reconhecimento da receita;
- Aplicação de teste documental, por meio de amostragem, para as receitas de vendas, analisando a referida documentação suporte que evidencia a existência da transação
- Teste de integridade de base de dados de receitas com os registros contábeis;
- Testes relacionados a lançamentos manuais realizados; e
- Revisão das divulgações realizadas pela Companhia em Nota Explicativa.

Baseados nos procedimentos de auditoria efetuados nos processos de reconhecimento da receita da Companhia, e nas evidências de auditoria obtidas que suportam os nossos testes, incluindo nossas análises e entendimento, consideramos que o reconhecimento da receita da Companhia, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas, está adequado, no contexto das demonstrações contábeis, tomadas em conjunto.

#### Ênfase

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 3 (r) às demonstrações contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, apresentadas para fins de comparação, foram ajustadas e estão sendo reapresentadas sob esta denominação, como previsto na NBC TG 23 (R2) - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro e NBC TG 26 (R5) - Apresentação das Demonstrações Contábeis, devido à identificação de correção de erros no contas a receber, estoque e investimentos que afetam os balanços patrimoniais e demonstração resultado de exercícios passados e que foram registradas pela Companhia em 2022. Como parte de nossa auditoria das demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2022, auditamos também os registros descritos na Nota Explicativa nº 3 (r) e concluímos que tais ajustes são apropriados e foram corretamente efetuados. Nossa opinião não está ressaltada em relação a esse assunto.

#### Outros assuntos

##### Auditoria dos valores correspondentes

As demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2021, apresentadas para fins de comparação, foram anteriormente auditadas por nós, cujo relatório de auditoria foi emitido com modificação, em 19 de maio de 2022, com as seguintes modificações: Ausência de Inventário de Estoques, investimento não auditado e Ausência de apresentação de demonstrações consolidadas. Essas modificações foram regularizadas para o exercício de 2022.

### Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

### Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes.

As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manter em continuidade operacional;

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada;

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar consideravelmente nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente, e que, dessa maneira constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 28 de abril de 2023.

# SKINSTORE S.A

## Balancos patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de Reais)

Ativo				Passivo e patrimônio líquido			
	Nota explicativa	31/12/2022	31/12/2021 (Reapresentado)		Nota explicativa	31/12/2022	31/12/2021 (Reapresentado)
<b>Circulante</b>				<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	6	14.362	7.621	Fornecedores	14	9.125	7.164
Contas a receber	7	40.366	15.633	Empréstimos e financiamentos	13	22.609	9.320
Estoques	8	17.373	7.250	Obrigações tributárias	15	5.740	19.294
Impostos a recuperar		1.016	8.035	Obrigações trabalhistas		2.874	1.728
Outros créditos	9	6.448	4.483	Arrendamentos a pagar	11	667	-
Despesas antecipadas		663	536	Outras contas a pagar ou provisões	13	38	604
		<u>80.229</u>	<u>43.558</u>			<u>41.055</u>	<u>38.110</u>
<b>Não circulante</b>				<b>Não circulante</b>			
Despesas antecipadas		-	846	Empréstimos e financiamentos	13	34.338	15.183
Depósitos e cauções		109	-	Arrendamentos a pagar	11	2.748	-
Partes relacionadas	10	16.237	17.268	Obrigações tributárias	15	18.737	3.818
Investimentos		-	1.457			<u>55.822</u>	<u>19.001</u>
Imobilizado		809	648	Capital Social	18	594	594
Direito de uso	11	3.315	-	Reserva Legal		119	-
Intangível	12	11.697	11.371	Reserva de Lucros		14.806	17.443
		<u>32.167</u>	<u>31.590</u>			<u>15.518</u>	<u>18.037</u>
<b>Total do ativo</b>		<u><u>112.395</u></u>	<u><u>75.148</u></u>	<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<u><u>112.395</u></u>	<u><u>75.148</u></u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

# SKINSTORE S.A

## Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de Reais)

	Nota explicativa	31/12/2022	31/12/2021 (Reapresentado)
Receita operacional líquida	19	175.121	109.374
Custo das mercadorias vendidas	20	(61.001)	(40.778)
Lucro bruto		114.119	68.596
Despesas com vendas	21	(36.614)	(23.828)
Despesas gerais e administrativas	22	(16.045)	(9.938)
Despesas com pessoal	23	(36.265)	(19.225)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas		2.174	(938)
Resultado equivalência patrimonial		(354)	(1.158)
Despesas operacionais		(87.104)	(55.087)
Lucro operacional		27.015	13.509
Receitas financeiras	24	2.521	318
Despesas financeiras	24	(17.598)	(6.024)
Resultado financeiro líquido		(15.077)	(5.706)
Resultado antes da provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social		11.939	7.803
Imposto de Renda e Contribuição Social corrente	16	(5.261)	(5.844)
Lucro (prejuízo) líquido do exercício		6.678	1.960

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.



# SKINSTORE S.A

Demonstrações do resultado abrangente  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021  
(Valores expressos em milhares de Reais)

---

	31/12/2022	31/12/2021 (Reapresentado)
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	<u>6.678</u>	<u>1.960</u>
Total do resultado abrangente do exercício	<u><u>6.678</u></u>	<u><u>1.960</u></u>

---

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

---

# SKINSTORE S.A

## Demonstrações das mutações do patrimônio líquido (Valores expressos em milhares de Reais)

	Capital Social	Reserva legal	Reserva de lucros	Lucros acumulados	Total Patrimônio Líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2020	594	-	19.275	-	19.869
Lucro Líquido do exercício	-	-	-	1.960	1.960
Dividendos adicionais distribuídos	-	-	(3.792)	-	(3.792)
Destinação do resultado	-	-	1.960	(1.960)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021 (reapresentado)	594	-	17.443	-	18.037
Lucro Líquido do exercício	-	-	-	6.678	6.678
Dividendos obrigatórios	-	-	-	(1.669)	(1.669)
Reserva Legal	-	119	-	(119)	-
Dividendos adicionais distribuídos	-	-	(7.308)	-	(7.308)
Ajustes de exercícios anteriores	-	-	(219)	-	(219)
Destinação do resultado	-	-	4.890	(4.890)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022	594	119	14.806	-	15.519

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

# SKINSTORE S.A

## Demonstração dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Valores expressos em milhares de Reais)

	31/12/2022	31/12/2021 (Reapresentado)
Lucro líquido do exercício	6.678	1.960
Ajustes do lucro líquido do exercício:		
Depreciação e Amortização	2.038	787
Perdas estimas de crédito de liquidação duvidosa (PECLD)	1.083	2.730
Ganho na alienação de investimentos	(1.755)	-
Juros sobre empréstimos	7.387	2.649
Juros sobre arrendamentos a pagar	169	-
Resultado equivalência patrimonial	354	1.158
Outros	(219)	-
	<u>15.735</u>	<u>9.284</u>
Variações nos ativos operacionais		
Contas a receber	(25.816)	(12.327)
Estoques	(10.123)	(2.378)
Impostos a recuperar	7.019	(8.035)
Outros créditos	(1.965)	(3.548)
Depósitos judiciais	(109)	-
Partes Relacionadas	(1.433)	(3.371)
Despesas antecipadas	719	(1.373)
Variações nos passivos operacionais		
Fornecedores	1.961	4.646
Obrigações tributárias	1.365	14.945
Obrigações trabalhistas	1.146	1.724
Outras contas a pagar ou provisões	(566)	(2.248)
	<u>(12.068)</u>	<u>(2.681)</u>
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de ativo imobilizado	(161)	(248)
Aquisição de intangível	(2.008)	(6.490)
	<u>(2.169)</u>	<u>(6.738)</u>
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Captação de empréstimos	44.651	18.800
Pagamento de empréstimos	(19.595)	(2.994)
Pagamento de arrendamentos	(426)	-
Dividendos pagos no exercício	(3.654)	(3.792)
	<u>20.977</u>	<u>12.014</u>
Aumento em caixa e equivalentes de caixa	<u>6.741</u>	<u>2.595</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	7.621	5.026
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	14.362	7.621
Aumento em caixa e equivalentes de caixa	<u>6.741</u>	<u>2.595</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

## 1. Contexto operacional

### 1.1. Breve histórico da Companhia

A Skinstore S.A., pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ/MF nº 12.979.552/0001-72, com sede na Avenida Marginal, N° 666, Parque São George, Cotia, SP, CEP: 06.708-030.

CNPJ's Adicionais:

Filial → CNPJ/MF nº 12.979.552/0002-53, Rua Cubatão, 320 7º andar, Vila Mariana, São Paulo, SP, CEP: 04.012-911

Filial Itajaí/SC → CNPJ/MF nº 12.979.552/0003-34, Rua Egon Muller, 107, sala 02 Box 110, Ressacada, Itajaí, SC, CEP: 88.307-322

A Skinstore S.A. (Nome Fantasia - "MedBeauty") é um hub de resultados inovadores em *Welltech* com as soluções mais tecnológicas do mercado mundial de beleza e bem-estar.

Criada em 2010, com o propósito de inspirar a beleza que existe em você, a Companhia é responsável por trazer para a América Latina a mais revolucionária inovação dermatológica dos últimos 20 anos, os fios de PDO i-Thread.

#### Timeline

2010 - Criação da fundação Medbeauty e lançamento *Drug Delivery* e *Celluvision*;

2011 - Lançamento Chromogenex;

2015 - Início da parceria com a Hyundae;

2018 - Certificação Anvisa e lançamento da linha i-Thread;

2019 - Início da parceria com a Jetema lançamento das Nano Cânulas

2020 - Lançamento dos fios tecnológicos;

2021 - Início da expansão internacional Rebranding Medbeauty, lançamento da plataforma científica e transformação do tipo societário da sociedade, de sociedade empresária limitada para sociedade por ações em conformidade com a lei 6404/76 em 01.07.2021;

2022 - Lançamento de produtos cosméticos (Idebenone), nova sede (rua Cubatão, 320), otimização dos nossos Centros de distribuição.

## 1.2. Posição patrimonial e financeira

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Companhia apresentou aumento da receita líquida de 62,46% em comparação com o mesmo período de 2021, obtendo um montante total de R\$ 175.121 (R\$ 109.374 em 31 de dezembro de 2021). O aumento está relacionado a reestruturação da diretoria comercial com foco na força de vendas e estratégias da área, bem como, apoio do conselho para suportar o crescimento. Neste ano houve melhor posicionamento do nosso produto EPTQ - Acido Hialurônico.

## 2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações contábeis

### 2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis da Skinstore S.A foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos contábeis, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC").

As demonstrações contábeis foram aprovadas e autorizadas pela Administração em 28 de abril de 2023.

### 2.2. Base de elaboração

As demonstrações contábeis da Skinstore S.A e respectivas notas explicativas, exceto quando indicado de outra forma, estão apresentadas em milhares de Reais. A moeda funcional da Companhia é o Real, moeda de preparação destas demonstrações contábeis.

Essas demonstrações contábeis foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir.

O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de bens e serviços.

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação organizada entre participantes do mercado na data de mensuração, independentemente de esse preço ser diretamente observável ou estimado usando outra técnica de avaliação. Ao estimar o valor justo de um ativo ou passivo, a Companhia leva em consideração as características do ativo ou passivo no caso de os participantes do mercado levarem essas características em consideração na precificação do ativo ou passivo na data de mensuração. O valor justo para fins de mensuração e/ou divulgação nestas demonstrações contábeis é determinado nessa base.

A Companhia preparou essas demonstrações contábeis com base no pressuposto de continuidade operacional. A Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvida significativa sobre a continuidade da Companhia.

### 3. Principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis vêm sendo aplicadas de modo consistente para todos os exercícios apresentados e estão relacionadas a seguir.

#### a) Uso de estimativas

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as NBC TGs requer o uso de certas estimativas contábeis por parte da Administração da Companhia. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões em relação as estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As áreas que envolvem julgamento críticos ou o uso de estimativas, relevantes para as demonstrações contábeis, estão demonstradas na Nota Explicativa nº 5.

#### b) Transações em moeda estrangeira

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data.

Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os ganhos e as perdas cambiais relacionados com empréstimos, caixa e equivalentes de caixa são apresentados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira.

c) Instrumentos financeiros

(a) Classificação

A Companhia classifica seus instrumentos financeiros com base no propósito, finalidade e características pelos quais foram adquiridos mensurando inicialmente pelo valor justo. Subsequentemente os ativos financeiros são classificados entre custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes e valor justo por meio do resultado.

(b) Reconhecimento e mensuração

O reconhecimento de um ativo financeiro ocorre na data em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, com exceção das contas a receber que são reconhecidas pelo preço de transação, somados os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis a aquisição ou a emissão do ativo ou passivo financeiro.

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham sido realizados ou tenham sido transferidos, neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade.

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método da taxa efetiva de juros e estão sujeitos a redução ao valor recuperável.

Os valores justos dos ativos e passivos com cotação pública são baseados nos preços de negociação na data de fechamento. Se um ativo financeiro não possuir mercado ativo, a Companhia estabelece o valor justo por meio de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, análise de fluxos de caixa descontados e modelos de precificação que fazem o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e contam o mínimo possível com informações geradas pela Administração da própria Companhia.

### Valor justo

Os valores justos dos investimentos com cotação pública são baseados nos preços atuais de compra. Para os ativos financeiros sem mercado ativo ou cotação pública, a Companhia estabelece o valor justo através de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, a referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, a análise de fluxos de caixa descontados e os modelos de precificação de opções que fazem o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e contam o mínimo possível com informações geradas pela Administração da própria Companhia.

A Companhia avalia, na data do balanço, se há evidência objetiva que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está registrado por valor acima de seu valor recuperável ("*impairment*"). Se houver alguma evidência para os ativos financeiros disponíveis para venda, a perda cumulativa - mensurada como a diferença entre o custo de aquisição e o valor justo atual, menos qualquer perda por "*impairment*" desse ativo financeiro previamente reconhecida no resultado é retirada do patrimônio e reconhecida na demonstração do resultado.

#### d) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa e depósitos bancários. O saldo utilizado de contas garantidas inclui-se em empréstimos no passivo circulante do balanço e compõe o saldo de caixa e equivalentes de caixa para fins de demonstração dos fluxos de caixa.

#### e) Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades do Grupo. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a Perda Estimada para Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD).

#### f) Estoques

O saldo de estoque é constituído, substancialmente, por mercadorias para revenda. As mercadorias estão avaliadas ao custo médio, não excedendo o seu valor de mercado. As perdas estimadas para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas, quando consideradas necessárias pela Administração.



g) Partes relacionadas

As transações de mútuos a receber representam operações de contas correntes entre as Companhias do grupo econômico, registradas pelo valor original, as quais foram realizadas em condições estabelecidas entre as partes não havendo vencimento estipulado, bem como não há remuneração dos montantes.

h) Imobilizado

Demonstrado ao custo histórico de aquisição, deduzido da depreciação acumulada.

A depreciação é calculada pelo método linear, de acordo com as taxas calculadas para cada ativo, que levam em consideração a vida útil estimada dos bens.

A Companhia não avaliou seu ativo imobilizado pelo valor justo, considerando que: (i) o método do custo amortizado, deduzido da estimativa de perda, é o melhor método para avaliar o ativo imobilizado; (ii) o ativo imobilizado é segregado em classes bem definidas e relacionadas às suas atividades operacionais; e (iii) a Companhia possui controles eficazes sobre os bens do ativo imobilizado que possibilitam a identificação de perdas e mudanças de estimativa de vida útil dos bens.

Ganhos e perdas em alienações são determinados pela comparação dos valores de alienação com o valor contábil e são incluídos no resultado.

Reparos e manutenção são apropriados ao resultado durante o período em que são incorridos. Todo e quaisquer custos acessórios são devidamente ativados e seguem os critérios normais de depreciação e amortização.

Redução ao valor recuperável de ativos

O imobilizado e outros ativos não circulantes são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. Para fins de avaliação, os ativos são agrupados no menor grupo de ativos para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente.

i) Direito de uso de ativos e arrendamentos a pagar

A partir de 1º de janeiro de 2019, por disposição da Norma NBC TG 06/IFRS 16, as operações de arrendamento mercantil passaram ter um único modelo de contabilização. Em conformidade com a norma, os arrendatários passaram a reconhecer um passivo assumido por arrendamento, em contrapartida a um ativo de direito de uso. A Companhia adotou a abordagem retrospectiva modificada, considerando o valor de direito de uso igual ao valor do passivo de arrendamento na data de adoção inicial, não gerando desta maneira impacto sobre o patrimônio líquido.

A Companhia optou por utilizar as isenções das propostas pela norma sobre contratos de arrendamentos de curto prazo (ou seja, que terminam dentro de 12 meses a partir da data do início), contratos de arrendamento para os quais o ativo subjacente é de baixo valor.

j) Intangível

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e perdas do valor recuperável, quando aplicável.

k) Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente mensuradas pelo custo amortizado, com o uso do método de taxa efetiva de juros.

l) Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos tomados são reconhecidos inicialmente pelo valor justo no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, os empréstimos tomados são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido ("*pro rata temporis*"), utilizando o método da taxa de juros efetiva, bem como, a variação monetária.

m) Provisão para contingências

As provisões para demandas judiciais e administrativas (trabalhista, civil e tributária) são reconhecidas quando:

- (i) A Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos já ocorridos;
- (ii) É provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e
- (iii) O valor puder ser estimado com segurança.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

n) Imposto de Renda e Contribuição Social - corrente e diferido

O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 mil para Imposto de Renda e 9% sobre o lucro tributável para Contribuição Social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de Contribuição Social, limitada a 30% do lucro real.

A despesa com Imposto de Renda e Contribuição Social compreende os Impostos de Renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

O Imposto de Renda corrente e a despesa da Contribuição Social são calculados nos termos da legislação fiscal brasileira. A Administração periodicamente avalia e mensura as posições tomadas na declaração de Imposto de Renda em relação às situações em que os regulamentos fiscais aplicáveis estão sujeitos à interpretação. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores que se espera que sejam pagos às autoridades fiscais.

O imposto diferido, quando aplicável, é reconhecido em relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas reverterem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação. Um ativo de Imposto de Renda e Contribuição Social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados.

o) Apuração do resultado

O resultado das operações (receitas, custos e despesas) é apurado em conformidade com o regime contábil de competência dos exercícios.

Receitas

A receita da venda de mercadorias é reconhecida quando seu valor puder ser mensurado de forma confiável e todos os riscos e benefícios inerentes às mercadorias sejam transferidos para o comprador. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa da sua realização.

Custos

Os custos das mercadorias vendidas incluem o custo médio de aquisição de mercadorias, ajustado a valor presente, quando aplicável.

Despesas

As despesas são contabilizadas pelo regime de competência, obedecendo a sua vinculação com a realização das receitas. As despesas pagas antecipadamente e que competem a períodos futuros são diferidas de acordo com seus respectivos prazos de duração.

p) Receitas financeiras e despesas financeiras

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021  
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

As receitas e despesas financeiras da Companhia compreendem:

- Receita de juros;
- Despesa de juros;
- Ganhos/perdas líquidos de variação cambial sobre ativos e passivos financeiros.

q) Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 03(R2) /IAS 7 - Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo IASB.

SKINSTORE S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021  
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

r) Reapresentação das demonstrações contábeis

Após a emissão das demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Administração identificou ajustes no contas a receber, estoques e investimentos que afetam o balanço patrimonial e demonstração do resultado para o exercício findo naquela data. Conseqüentemente, a Companhia está reapresentando para fins de comparabilidade os saldos compreendendo esse exercício, conforme NBC TG 23 (R2) – Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erros:

Ativo	31/12/2021			Passivo e patrimônio líquido	31/12/2021		
	Anteriormente apresentado	Ajustes	31/12/2021 Reapresentado		Anteriormente apresentado	Ajustes	31/12/2021 Reapresentado
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	7.621	-	7.621	Fornecedores	7.164	-	7.164
Contas a receber de clientes	20.826	(5.193) a)	15.633	Empréstimos e financiamentos	9.320	-	9.320
Estoques	7.701	(451) c)	7.250	Obrigações tributárias	19.294	-	19.294
Impostos a recuperar	7.388	647 d)	8.035	Obrigações trabalhistas	1.728	-	1.728
Outros créditos	4.483	-	4.483	Outras contas a pagar ou provisões	604	-	604
Despesas antecipadas	536	-	536	Total do circulante	38.110	-	38.110
Total do circulante	48.555	(4.997)	43.558				
Não circulante				Não circulante			
Despesas antecipadas	846	-	846	Empréstimos e financiamentos	15.183	-	15.183
Depósitos judiciais	-	-	-	Obrigações tributárias	3.818	-	3.818
Partes relacionadas	17.268	-	17.268	Total do não circulante	19.001	-	19.001
Investimentos	2.126	(669) b)	1.457	Capital Social	594	-	594
Imobilizado	648	-	648	Reserva legal	381	(381) e)	-
Direito de uso	-	-	-	Reserva de lucros	22.728	(5.284) e)	17.443
Intangível	11.371	-	11.371	Total do patrimônio líquido	23.703	(5.665)	18.037
Total do não circulante	32.259	(669)	31.590				
Total do ativo	80.814	(5.665)	75.148	Total do passivo e patrimônio líquido	80.814	(5.665)	75.148

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021  
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Demonstração do resultado	31/12/2021		31/12/2021 Reapresentado
	Anteriormente apresentado	Ajustes	
Receita operacional líquida	109.374	-	109.374
Custo das mercadorias vendidas	(40.327)	(451) (b)	(40.778)
Lucro bruto	69.047	(451)	68.596
Despesas com vendas	(22.250)	(1.579) (a)	(23.828)
Despesas gerais e administrativas	(9.938)	-	(9.938)
Despesas com pessoal	(19.225)	-	(19.225)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	85	(1.023) (a) e (c)	(938)
Resultado equivalência patrimonial	(489)	(669) (b)	(1.158)
Despesas operacionais	(51.817)	(3.270)	(55.087)
Lucro operacional	17.230	(3.721)	13.509
Receitas financeiras	318	-	318
Despesas financeiras	(3.433)	(2.591) (a)	(6.024)
Resultado financeiro líquido	(3.115)	(2.591)	(5.706)
Resultado antes da provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social	14.115	(6.312)	7.803
Imposto de Renda e Contribuição Social corrente	(6.490)	647	(5.844)
Lucro líquido do exercício	7.625	(5.665)	1.960

- a) Ajustes identificados pela administração e relacionados aos seguintes assuntos (i) constituição de Perda estimada com créditos de liquidação duvidosa no montante de R\$ 1.579; (ii) divergências identificadas na implantação do SAP em junho de 2021 no montante de R\$1.023; (iii) tarifas de cartões não reconhecidas tempestivamente sobre as vendas no resultado no montante de R\$ 2.591;
- b) Ajustes sobre divergências identificadas no investimento da MC Agropecuária no montante de R\$ 669;
- c) Ajustes identificados na conciliação dos estoques em 2021 no montante de R\$ 451;
- d) Ajustes sobre o IRPJ e CSLL apurados após os ajustes identificados pela administração;
- e) Corresponde ao impacto no patrimônio líquido dos ajustes descritos nos itens acima.

#### 4. Normas e interpretações recentemente emitidas

##### 4.1 Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2022

As novas normas IFRS somente serão aplicadas no Brasil após a emissão das respectivas normas em português pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovação pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

- a) Contratos onerosos - custo de cumprimento de contrato (alterações à IAS 37/CPC 25);

Aplicam-se a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2022 para contratos existentes na data em que as alterações forem aplicadas pela primeira vez. A alteração determina de maneira específica quais custos devem ser considerados ao calcular o custo de cumprimento de um contrato.

b) Alteração na Norma IAS 16/CPC 27 - imobilizado

Classificação de eventuais ganhos gerados antes do imobilizado estar em conformidade com as condições planejadas de uso. Esclarece que os itens produzidos antes do imobilizado estar nas condições planejadas de uso, se vendidos, devem ter seus custos e receitas reconhecidos no resultado do exercício, não podendo compor/reduzir o custo de formação do imobilizado.

c) Melhorias anuais nas Normas IFRS 2018-2020

Foram feitas alterações nas normas:

- (i) IFRS 1/CPC 37, abordando aspectos de primeira adoção em uma controlada;
- (ii) IFRS 9/CPC 48, abordando o critério do teste de 10% para a reversão de passivos financeiros;
- (iii) IFRS 16/CPC 06 R2, abordando exemplos ilustrativos de arrendamento mercantil; e
- (iv) IAS 41/CPC 29, abordando aspectos de mensuração a valor justo.

d) Alteração na Norma IFRS 3/CPC 15

Inclui correções nas referências com relação a estrutura conceitual das IFRS.

Não foram identificados impactos de pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2022 que possam apresentar impactos materiais nas demonstrações contábeis.

4.2 Novas normas, revisões e interpretações emitidas que ainda não entraram em vigor em 31 de dezembro de 2022.

Para as seguintes normas ou alterações a Administração ainda não determinou se haverá impactos significativos nas demonstrações contábeis da Companhia, a saber:

- Alteração na Norma IAS 8/CPC 23 - altera a definição de estimativa contábil, que passou a ser considerada como "valores monetários nas demonstrações contábeis sujeitos à incerteza na mensuração", efetiva para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2023;



Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021  
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

- Alteração na Norma IAS 12/CPC 32 - traz exceção adicional da isenção de reconhecimento inicial do imposto diferido relacionado a ativo e passivo resultante de uma única transação, efetiva para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2023;
- Alteração na Norma IFRS 17/CPC 50 - inclui esclarecimentos de aspectos referentes a contratos de seguros, efetiva para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2023;
- Alteração na Norma IFRS 16/CPC 06 - trata da responsabilidade em um retro arrendamento, efetiva para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2024;
- Alteração na Norma IAS 1/CPC 26 - classificação de passivos como circulante ou não-circulante - esta alteração esclarece aspectos a serem considerados para a classificação de passivos como circulante e não-circulante, efetiva para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro 2024.

Em janeiro de 2020, o IASB emitiu emendas ao IAS 1, que esclarecem os critérios utilizados para determinar se o passivo é classificado como circulante ou não circulante. Essas alterações esclarecem que a classificação atual se baseia em se uma entidade tem o direito ao final do período de relatório de adiar a liquidação da responsabilidade por pelo menos doze meses após o período de relatório. As alterações também esclarecem que o "acordo" inclui a transferência de dinheiro, bens, serviços ou instrumentos de patrimônio, a menos que a obrigação de transferir dinheiro, bens, serviços ou instrumentos patrimoniais decorra de um recurso de conversão classificado como instrumento de capital próprio separadamente do componente de responsabilidade de um instrumento financeiro composto. As alterações eram originalmente efetivas para relatórios anuais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023. No entanto, em função dos impactos das COVID-19, a data de vigência foi adiada para períodos anuais de relatórios a partir de 1º de janeiro de 2024:

- Alteração na divulgação de políticas contábeis, efetiva para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2023.

Em fevereiro de 2021, o IASB divulgou alterações à IAS 1, que alteram os requisitos de divulgação no que diz respeito às políticas contábeis substituindo o termo "políticas contábeis significativas" por "informações materiais sobre políticas contábeis". As alterações fornecem orientações sobre quando é provável que as informações sobre a política contábil devem ser consideradas relevantes. As alterações à IAS 1 são efetivas para os períodos de relatório anual iniciados em ou após 1 de janeiro de 2023, com aplicação anterior permitida.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021  
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

Não há novas normas, revisões e interpretações emitidas que não estão em vigor e que a Companhia espera ter um impacto material decorrente de sua aplicação em suas demonstrações contábeis.

#### 5. Julgamentos contábeis críticos e estimativas contábeis

A preparação das demonstrações contábeis requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações.

As estimativas e julgamentos são continuamente avaliados pela Administração e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores incluindo expectativas de eventos futuros consideradas razoáveis e relevantes para as circunstâncias

Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente são iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social estão descritas a seguir:

- Vida útil dos bens do ativo imobilizado e intangível com vida útil definida;
- Perda estimada com créditos de liquidação duvidosa;
- Perda estimada com obsolescência dos estoques;
- Provisão para contingências (processos judiciais, fiscais, trabalhistas e cíveis).

#### 6. Caixa e equivalentes de caixa

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Caixa	-	33
Bancos	3.141	420
Aplicações financeiras	11.221	7.168
Total	14.362	7.621

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, incluindo as aplicações financeiras na qual possuem conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa, sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, com vencimento que pode variar de 1 a 90 dias.

As aplicações financeiras e fundos de investimentos a curto prazo referem-se a aplicações de liquidez diária em certificado de depósito bancário remunerados.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021  
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 7. Contas a receber

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Duplicatas a receber	44.179	18.363
(-) Provisão estimada para créditos de liquidação duvidosa	(3.813)	(2.730)
Total	<u>40.366</u>	<u>15.633</u>

## Abertura por vencimento dos valores vencidos e a vencer:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
A vencer	36.773	15.633
Vencidos		
Até 30 dias	1.503	-
De 31 a 60 dias	711	-
De 61 a 180 dias	1.379	-
Maior que 181 dias	3.813	2.730
(-) Perdas estimadas para crédito de liquidação duvidosa	(3.813)	(2.730)
Total	<u>40.366</u>	<u>15.633</u>

## 8. Estoques

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Estoque de mercadoria para revenda	17.373	7.250
Total	<u>17.373</u>	<u>7.250</u>

O estoque da Companhia é composto apenas por produtos acabados, que em sua totalidade foram adquiridos via importação e estão livres e disponíveis para comercialização. Esses produtos estão armazenados no depósito de Cotia localizado na cidade de São Paulo.

## 9. Outros créditos

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Adiantamentos a fornecedores	726	1.061
Adiantamentos contratos de importação	2.761	3.294
Títulos de capitalização	2.423	-
Outros	538	128
Total	<u>6.448</u>	<u>4.483</u>

## 10. Partes relacionadas

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
MC Agropecuária (a)	-	2.878
Medical Laser	14.937	14.390
Tango Tech Consultoria em informática	300	-
Partes relacionadas com sócio	1.000	-
Total	<u>16.237</u>	<u>17.268</u>

## SKINSTORE S.A.

### Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

(a) Em 31 de dezembro de 2022, a Skinstore S.A vendeu 100% de sua participação na MC Agropecuária Ltda.

#### Remuneração da Administração

Pessoas chaves da Administração incluem os Conselheiros e Diretores e membros do Comitê Executivo. A remuneração paga ou a pagar a pessoas chave da Administração, por seus serviços, está apresentada a seguir:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Salários e outros benefícios	1.181	602
	<u>1.181</u>	<u>602</u>

#### 11. Direito de uso

A movimentação do direito de uso ao longo em 31 de dezembro de 2022 é demonstrada a seguir:

Descrição	Saldos em 31/12/2021	Adições	Saldos em 31/12/2022
Direito de uso (a)	-	3.794	3.794
Amortização	-	(357)	(357)
Ajuste de remensuração	-	(122)	(122)
Total direito de uso	<u>-</u>	<u>3.315</u>	<u>3.315</u>

(b) Refere-se ao direito de uso do contrato com a Sompo Seguros S.A, pela locação do imóvel onde está localizada a Skinstore S.A.

A movimentação do arrendamento a pagar em 31 de dezembro de 2022 é demonstrada a seguir:

Saldo em 31 de dezembro de 2021	-
Adição de novos contratos	3.794
Ajuste de remensuração	(122)
Pagamento principal	(284)
Pagamento de juros	(142)
Juros provisionado	169
Saldo em 31 de dezembro de 2022	<u>3.415</u>
Desmembramento:	
Passivo circulante	667
Passivo não circulante	<u>2.748</u>
	<u>3.415</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021  
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

## 12. Intangível

A movimentação do intangível ao longo de 31 de dezembro de 2022 é demonstrada a seguir:

Descrição	Saldos em 31/12/2021	Adições	Amortização	Saldos em 31/12/2021
Custos				
Software	925	701	(285)	1.340
Direitos autorais (a)	10.446	1.307	(1.396)	10.357
Total	<u>11.371</u>	<u>2.008</u>	<u>(1.681)</u>	<u>11.697</u>

A movimentação do intangível ao longo de 31 de dezembro de 2021 é demonstrada a seguir:

Descrição	Saldos em 31/12/2020	Adições	Amortização	Saldos em 31/12/2021
Custos				
Software	102	930	(107)	925
Direitos autorais (a)	5.531	5.601	(686)	10.446
Total	<u>5.633</u>	<u>6.531</u>	<u>(793)</u>	<u>11.371</u>

(a) A taxa de amortização dos direitos autorais é de 10% ao ano, e segue as diretrizes do contrato de aquisição de direitos autorais.

SKINSTORE S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021  
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 13. Empréstimos e financiamentos

Descrição	Encargos (% a.a.)	Prazo médio ponderado de venc. (anos)	Taxa média ponderada de juros (a.a.)	31/12/2022	31/12/2021
Empréstimos Itaú	Taxa pré-fixada	2,5 (dois) anos e meio	17,01%	963	425
Empréstimos Santander	Taxa pré-fixada	4 (quatro) anos	22,00%	9.383	-
Empréstimos Daycoval	Taxa pós-fixada	4 (quatro) anos	13,22%	3.895	517
Empréstimos Inter	Taxa pré-fixada	2,5 (dois) anos e meio	10,03%	181	639
Empréstimos ABC	Taxa pré-fixada	4 (quatro) anos	15,25%	2.538	835
Empréstimos Banestes	Taxa pós-fixada e pré-fixada	3 (três) anos	4,91%	1.108	1.813
Debêntures "Skin 11"	Taxa pós-fixada e pré-fixada	4 (quatro) anos	13,00%	14716	20.274
Debêntures "Skin 12"	Taxa pós-fixada e pré-fixada	4 (quatro) anos	14,00%	24.163	-
Total				<u>56.947</u>	<u>24.503</u>
Circulante				22.609	9.320
Não circulante				<u>34.338</u>	<u>15.183</u>
				<u>56.947</u>	<u>24.503</u>

#### Emissão de debêntures "Skin11"

Celebrado em 31 de agosto de 2021 o instrumento particular de escritura da 1ª (primeira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia fidejussória adicional, em série única, para distribuição pública com esforços restritos, da Skinstore S.A. "

Alienação fiduciária: Representa 1.800 (mil e oitocentas) ações do capital social da Companhia detidas pelo Acionista nesta data, correspondentes a 20% (vinte por cento) do capital social da Companhia ("Ações"); e todas as ações derivadas das Ações por meio de desdobramento, grupamento ou bonificação, inclusive mediante a permuta, em razão do cancelamento destas, ou de incorporação, fusão, cisão ou qualquer outra forma de reorganização societária envolvendo a Companhia, venda ou qualquer outra forma de alienação das Ações e quaisquer bens ou títulos nos quais as Ações sejam convertidas (incluindo quaisquer depósitos, títulos ou valores mobiliários), bônus de subscrição, debêntures conversíveis, partes beneficiárias, certificados, títulos ou outros valores mobiliários conversíveis em ações, relacionados à participação do Acionista na Companhia, sejam elas atualmente ou no futuro detidas pelo Acionista (sendo os itens (i) e (ii), em conjunto, as "Ações Alienadas Fiduciariamente").

#### 2º Emissão de debêntures "Skin12"

Em 23 de agosto de 2022 foi celebrado o instrumento particular da 2º (segunda) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia fidejussória adicional, em série única, para distribuição pública com esforços restritos, da Skinstore S.A. "

Alienação fiduciária: Representa 225.000 (duzentas e vinte e cinco mil) ações ordinárias representativas do capital social da Companhia detidas pelo Acionista Controlador nesta data, correspondentes a 25% (vinte e cinco por cento) do capital social da Companhia ("Ações"); e todas as ações derivadas das Ações por meio de desdobramento, grupamento ou bonificação, inclusive mediante a permuta, em razão do cancelamento destas, ou de incorporação, fusão, cisão ou qualquer outra forma de reorganização societária envolvendo a Companhia, venda ou qualquer outra forma de alienação das Ações e quaisquer bens ou títulos nos quais as Ações sejam convertidas (incluindo quaisquer depósitos, títulos ou valores mobiliários), bônus de subscrição, debêntures conversíveis, partes beneficiárias, certificados, títulos ou outros valores mobiliários conversíveis em ações, relacionados à participação do Acionista Controlador na Companhia, sejam elas atualmente ou no futuro detidas pelo Acionista Controlador (sendo os itens (i) e (ii), em conjunto, as "Ações Alienadas Fiduciariamente").

### Covenants

A Companhia possui índices financeiros vinculados as debentures e que serão apurados trimestralmente com base nas Demonstrações contábeis. Os índices financeiros deverão ser disponibilizados ao agente fiduciário. Destacamos os índices financeiros atrelados ao contrato:

- a) Índice de liquidez:  $(\text{Caixa} + \text{Clientes} + \text{Estoques}) / (\text{Passivo circulante}) > 1,0x$  em 2021, em 2022 e até o primeiro trimestre de 2023, passando a ser  $> 1,5x$  a partir do primeiro trimestre de 2023;
- b) Cobertura de serviço de dívida:  $(\text{Ebitda} - \text{Capex}) / (\text{Despesas financeiras} + \text{amortizações}) > 1,5$  em 2021, em 2022 e até o primeiro trimestre de 2023, após o primeiro trimestre de 2023 o índice será de  $> 2,0$ ;
- c) Alavancagem:  $(\text{Dívida Líquida} / \text{Ebitda}) < 1,0x$ .

Em 31 de dezembro de 2022 a Companhia está dispensada de verificação dos itens "a" e "b", de modo que sua inobservância não deverá ensejar em descumprimento de quaisquer obrigações previstas nos termos da escrituração da Debêntures.

Em 31 de dezembro de 2022 a Companhia não cumpriu o índice financeiro relacionados ao item "c", entretanto, a obrigação de cumprimento do índice financeiros previsto no contrato terá sua exigibilidade temporariamente suspensa e, portanto, durante tal período, sua não observância não implicará em eventual descumprimento contratual e não causará, dentre outras consequências contratualmente previstas, o vencimento antecipado do saldo devido das dívidas da Companhia.

Acrescentamos que na ocorrência dos Eventos de Inadimplemento, o Agente Fiduciário deverá convocar, dentro de 2 (dois) dias úteis da data que tomou o conhecimento da ocorrência de descumprimento dos índices financeiros descritos acima, assembleia geral de Debenturistas para deliberar sobre eventual não declaração do vencimento antecipado das Debêntures. Fato esse, não ocorrido na data base de 31/12/2022.

### 14. Fornecedores

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Fornecedores nacionais	2.975	6.976
Fornecedores estrangeiros	6.150	188
	9.125	7.164



Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021  
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 15. Obrigações tributárias

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
ICMS a recolher	376	1.490
ICMS Substituição tributária a recolher	11.403	11.619
IRPJ a recolher	-	2.956
CSLL a recolher	-	1.067
Parcelamento ICMS	5.788	684
Parcelamento transacional	2.677	-
Parcelamento Tributos Federais	2.272	3.907
Outras	1.961	1.389
	<u>24.477</u>	<u>23.112</u>
Circulante	5.740	19.294
Não Circulante	18.737	3.818
	<u>24.477</u>	<u>23.112</u>

## 16. Imposto de Renda e Contribuição Social

## (a) Despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social

Como a base tributável do Imposto de Renda e da Contribuição Social sobre o lucro decorre não apenas do lucro que pode ser gerado, mas também da existência de receitas não tributáveis, despesas não dedutíveis, incentivos fiscais e outras variáveis, não existe uma correlação imediata entre o lucro líquido da Companhia e o resultado de Imposto de Renda e Contribuição Social. A conciliação das alíquotas nominal e efetiva do Imposto de Renda e da Contribuição Social sobre o lucro pode ser demonstrada como segue:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Lucro antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social	11.939	7.803
Alíquota nominal combinada do Imposto de Renda e Contribuição Social - %	34%	34%
Imposto de Renda e Contribuição Social as alíquotas da legislação	(4.059)	-(2.653)
Provisão PECLD	(24)	928
Adição de equivalência patrimonial	120	166
Amortização e juros sobre arrendamentos	179	-
Pagamentos de arrendamentos	(161)	-
Diferenças permanentes e outras	1.088	2.096
Despesa de Imposto de Renda e Contribuição social	<u>(5.261)</u>	<u>(5.844)</u>

17. Provisão para contingências

A Companhia no curso normal de suas atividades, está sujeita a processos judiciais de naturezas tributária, trabalhista e previdenciário, cível e ambiental. A Administração, apoiada na opinião de seus assessores legais e, quando aplicável, fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas, avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade ou não de constituição de provisão para contingências. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Companhia não possui processos contingentes.

18. Patrimônio Líquido

a) Capital Social

Em 31 de dezembro de 2022, o capital social da Companhia subscrito e integralizado, é de R\$ 594.000 (quinhentos e noventa e quatro mil reais), divididos em 900.000 (novecentas mil) ações ordinárias nominativas e sem valor nominal.

A companhia poderá emitir ações preferenciais, nominativas e sem valor nominal, que não terão direito a voto e terão prioridade no reembolso do capital, sem prêmio, nos termos do Art.17, inc. II, da Lei das S.A.

As ações são indivisíveis em relação à Companhia e cada ação ordinária conferirá ao seu titular direito a um voto nas deliberações em Assembleia Geral.

O capital social poderá ser aumentado mediando a emissão de novas ações ordinárias ou preferenciais, mas todas nominativas e sem valor nominal, respeitado o limite legal de 50% (cinquenta por cento) do total de ações da Companhia para a emissão de ações preferenciais, sem direito de voto, ou sujeitas a restrições no exercício deste direito.

b) Reserva de lucros

É constituída pelo lucro líquido remanescente, após as apropriações previstas no Estatuto Social da Companhia, ficando à disposição dos acionistas para futura distribuição de dividendos, absorver prejuízos futuros ou para aumentar capital.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021  
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

## c) Dividendos obrigatórios

O Estatuto social prevê o direito aos acionistas ao recebimento de um dividendo obrigatório anual de 25% do lucro líquido do exercício, diminuído ou acrescido dos seguintes valores (i) importância destinada a constituição da reserva legal, (ii) importância destinada a formação de reserva para contingências e reversão das mesmas reservas formadas em exercícios anteriores e (iii) importância decorrente da reversão da reserva de lucros a realizar formada em exercícios anteriores, nos termos do artigo 202, inciso II da Lei das Sociedades por Ações.

## 19. Receita líquida

A composição da receita líquida é a seguinte:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Receita bruta de vendas de produtos	216.663	141.740
Deduções e cancelamentos		
Impostos sobre vendas	(39.561)	(27.713)
Devoluções e abatimentos	(1.981)	(4.653)
	41.542	(32.366)
Receita líquida	175.121	109.374

## 20. Custos das mercadorias vendidas

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Custo das mercadorias vendidas	(59.928)	(40.778)
Custos de importação	(1.073)	-
Total	(61.001)	(40.778)

## 21. Despesas com vendas

## SKINSTORE S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021  
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Comissões Sobre Vendas	(2.581)	(4.926)
Bonificação, amostra grátis e brindes	(2.178)	(5.733)
Feiras e Exposições	(5.791)	(2.022)
Despesas com Patrocínio	(122)	-
Propaganda e Marketing	(1.510)	(1.271)
Hospedagem	(1.831)	(351)
Passagens	(4.613)	(448)
Serviços Profissionais	(53)	(4.057)
Cursos e Treinamentos	(8.456)	-
Viagens e estadias	(597)	-
Despesas Hands On	(1.177)	-
Transporte/Fretes/Motoboy	(1.150)	-
Despesas com Refeições/Coffe Break	(719)	-
Locação de Veículos	(1.260)	-
Correios e Malotes	(643)	-
Armazenagem	(797)	-
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(1.082)	(2.730)
Outros	(2.054)	(2.290)
<b>Total</b>	<b>(36.614)</b>	<b>(23.828)</b>

## 22. Despesas gerais e administrativas

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Despesas com condomínio	(511)	-
Depreciação e amortização	(1.955)	-
Perda por roubo e furto	(303)	-
Serviços Pessoa jurídica	(2.450)	(1.336)
Doações e brindes	(243)	-
Locação de Máquinas e Equipamentos	(305)	(115)
Viagens e estadias	(167)	(323)
Bonificação, amostra grátis e brindes	(353)	-
Transporte	(543)	(150)
Serviços Pessoa jurídica	(725)	(550)
Consultoria e Assessoria Econômica ou Financeira	(1.385)	(773)
Assessoria Técnica	(1.635)	(1.359)
Licença de Uso	(773)	(178)
Serviços Profissionais	(356)	-
Despesas Não Dedutíveis	(580)	-
ICMS s/ outras saídas	(965)	(948)
Outros	(2.796)	(4.206)
<b>Total</b>	<b>(16.045)</b>	<b>(9.938)</b>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021  
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 23. Despesas com pessoal

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Salários e Ordenados	(12.051)	(7.087)
Pró-labore	(1.181)	(604)
13º Salário	(408)	(872)
Férias	(551)	(1.164)
INSS	(5.216)	(2.451)
FGTS	(1.449)	(917)
Assistência Médica e Social	(2.833)	(1.266)
Alimentação do Trabalhador	(1.666)	(954)
PLR - Participação nos lucros	(928)	-
Vale Combustível	(733)	(334)
Remuneração variável	(3.654)	(2.293)
Provisão de Férias	(1.791)	-
Provisão de 13º	(1.319)	-
Outros	(2.485)	(1.283)
Total	<u>(36.265)</u>	<u>(19.225)</u>

## 24. Resultado financeiro líquido

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Variações Cambiais Ativas	1.187	224
Rendimento de aplicação financeira	402	67
Juros Selic	713	-
Outros	219	27
Receitas financeiras	<u>2.521</u>	<u>318</u>
Despesas bancárias	(675)	(265)
Variações Cambiais Passivas	(1.427)	(1.069)
Multa e juros sobre Imp. pago em atraso	(1.035)	-
Juros s/ Empréstimos	(1.998)	(493)
Multas e juros s/parcelamento	(2.574)	(202)
Imposto sobre operações financeiras	(168)	(113)
Tarifa de cartão de crédito	(3.676)	(2.591)
Juros sobre debêntures	(5.390)	(994)
Outros	(655)	(297)
Despesas financeiras	<u>(17.598)</u>	<u>(6.024)</u>
Resultado financeiro, líquido	<u>(15.077)</u>	<u>(5.706)</u>

## 25. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

## Fatores de riscos financeiros

As atividades da Companhia a expõem a riscos financeiros: riscos de mercado (incluindo risco de moeda, risco de taxa de juros e risco de preço), riscos de crédito e riscos de liquidez. O programa de gestão de riscos da Companhia concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021  
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Companhia não efetuou operações em caráter especulativo, seja em derivativos, seja em quaisquer outros ativos de risco durante o período.

Como consequência, as estimativas apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente. O uso de diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias pode ter um efeito relevante nos valores de realização estimados.

a) Risco de taxa de juros

A Companhia está exposta ao risco de taxa de juros sobre suas aplicações financeiras atreladas ao CDI. A Administração monitora os patamares e expectativas da taxa CDI e os possíveis impactos sobre suas operações:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Caixa e equivalentes de caixa	14.362	7.621
Contas a receber	40.366	15.633
Total	54.728	23.254

b) Risco de taxa de câmbio

Decorre da possibilidade de perdas por conta de flutuações nas taxas de câmbio, que aumentam passivos decorrentes de empréstimos e compromissos de compras em moeda estrangeira ou que reduzem os ativos decorrentes de valores a receber em moeda estrangeira. A Companhia mantém em 31 de dezembro de 2022, fornecedores em moeda estrangeira.

c) Risco de liquidez

É o risco de a Companhia não possuir recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e os pagamentos previstos. Para administrar a liquidez do caixa, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela Área de Tesouraria.

A seguir, são apresentadas as maturidades contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados e excluindo o impacto de acordos de negociação de moedas pela posição líquida, bem como os ativos financeiros que são utilizados para gerenciar este risco:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Até 1 ano	9.125	7.164
Fornecedores	9.125	7.164
Até 1 ano	22.609	9.320
De 1 a 2 anos	843	1.064
De 2 a 3 anos	4.011	1.813
Mais de 3 anos	29.484	12.306
Empréstimos e financiamentos	56.947	24.503

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021  
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

A classificação dos instrumentos financeiros não derivativos está apresentada no quadro a seguir e não existem instrumentos financeiros diferentes de caixa classificados em outras categorias:

Descrição	Hierarquia do valor justo	31/12/2022		31/12/2021	
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos financeiros					
Caixa e equivalentes de caixa	Nível 2	14.362	14.362	7.621	7.621
Contas a receber	Nível 2	40.366	40.366	15.633	15.633
Outros créditos	Nível 2	6.598	6.598	4.483	4.483
Passivos financeiros					
Fornecedores	Nível 2	9.125	9.125	7.164	7.164
Empréstimos e financiamentos	Nível 2	56.947	56.947	24.503	24.503

Instrumento financeiro	Mensurados pelo custo amortizado
Caixa e equivalentes de caixa	Valor justo por meio do resultado
Contas a receber	Mensurados pelo custo amortizado
Outros créditos	Mensurados pelo custo amortizado
Fornecedores	Mensurados pelo custo amortizado
Empréstimos e financiamentos	Mensurados pelo custo amortizado

O CPC 46 - mensuração do valor justo, estabelece uma hierarquia de três níveis para o valor justo, a qual prioriza as informações quando da mensuração do valor justo pela Companhia para maximizar o uso de informações observáveis e minimizar o uso de informações não observáveis. O CPC 46 descreve os três níveis de informações que devem ser utilizadas na mensuração ao valor justo:

- Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos;
- Nível 2 - inputs, exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta (preços) ou indiretamente (derivado de preços);
- Nível 3 - premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

d) Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a sua capacidade de continuidade para oferecer retorno aos Acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021  
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

Para manter ou ajustar a estrutura de capital da Companhia, a Administração pode, ou propõe, nos casos em que os Acionistas têm de aprovar, rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos Acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

A Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida expressa como percentual do capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado por meio da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, dividido pelo total da dívida líquida.

## 26. Cobertura de seguros

A Companhia adota uma política de seguros que considera, principalmente, a concentração de riscos e sua relevância, contratados em montantes considerados suficientes pela Diretoria, levando em consideração a natureza de suas atividades e a orientação de seus consultores de seguros. A cobertura dos seguros, em valores de 31 de dezembro de 2022, é assim demonstrada:

Riscos	Importância segurada
Ramo 18: Empresa PME	Danos Elétricos R\$ 30 mil
746 - Fiança locatícia	Incêndios complementares R\$ 500 mil Multa por rescisão contratual R\$ 214 mil Incêndio, explosão, fumaça e queda de aeronave R\$ 5 milhões
Ramo 118/531 - Incêndio	Perda com aluguel R\$ 427 mil Responsabilidade civil R\$ 500 mil
R.C de administradores e diretores (D&O)	R\$ 20 milhões
Seguro de proteção financeira	Morte e invalidez permanente por acidente (IPTA): R\$ 1 milhão
Transporte internacional	Limite máximo de garantia US\$ 750 mil

As premissas adotadas para a avaliação da importância segurada e riscos contidos, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações contábeis, conseqüentemente, não foram auditadas pelos auditores independentes.

## 27. Eventos subsequentes

Supremo Tribunal Federal ("STF") muda entendimento relacionado com a coisa julgada em matéria tributária.



Em 08 de fevereiro de 2023 o Supremo Tribunal Federal (STF) julgou os Temas 881 - Recursos Extraordinário nº 949.297 e 885 - Recurso Extraordinário nº 955.227.

Os ministros que participaram destes temas concluíram, por unanimidade, que decisões judiciais tomadas de forma definitiva a favor dos contribuintes devem ser anuladas se, depois, o Supremo tiver entendimento diferente sobre o tema. Ou seja, se anos atrás uma Companhia conseguiu autorização da Justiça para deixar de recolher algum tributo, essa permissão perderá a validade automaticamente se, e quando, o STF entender que o pagamento é devido.

A Administração avaliou com os seus assessores jurídicos internos e externos os possíveis impactos desta decisão do STF e concluiu que a decisão do STF não resulta, baseada em avaliação da administração suportada por seus assessores jurídicos, e em consonância com o CPC25/IAS37 Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes e o CPC24/IAS10 Eventos Subsequentes, em impactos em suas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2022.